

CONSELHO FISCAL
CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS CONSELHOS FISCAL E
MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

Aos 14 dias do mês de dezembro de 2015, às 09:00 horas na Escola de Formação do Servidor Professor Cleno Vicente, situado à Rua Pará de Minas, 640, Bairro Brasileira . Betim, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal - CF dentre os quais: 1) Gilmar José Jerônimo - representante do Poder Executivo e Presidente do CF e seu suplente Carlos Alberto dos Santos; 2) Robson Marcos de Alcântara . titular representante do Poder Executivo; 3) Vanderléia Pereira Gerônimo . suplente representante do Poder Executivo; 4) Margareth Melo Rezende Butori . titular representante do Poder Legislativo; 5) Inez Maria Pongelupe . titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE); 6) José Roberto Pereira Araújo . suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAÚDE) e 7) Paulo Nogueira Fortes . titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB). Os membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP dentre os quais: 1) Leonardo Cardoso de Alvarenga . titular representante do Poder Executivo e Presidente do CMP; 2) Marcelo Jorge da Mata . titular representante do Poder Executivo; 3) Cláudia Veleda Silva Taiar . titular representante do Poder Executivo; 4) Rosemary Galvão da Silva Paula . titular representante do Poder Legislativo; 5) Andrea Deborah da Costa . titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE); 6) Weber de Avelar Silva . titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAUDE) e 7) Neide Maria Soriani . suplente representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB). Pelo IPREMB o senhor Evandro Manoel Firmino da Fonseca . Diretor Executivo; a senhora Camila Francisca Nolasco . Chefe de Divisão de Contabilidade e a senhora Darlene Rocha Nunes Rodrigues, que foi designada pelos Presidentes para secretariar o Ato. Determinou-se como pauta: 1) Balancete; 2) Carteira de Investimentos; 3) Terrenos e 4) Confraternização. O Diretor Executivo Evandro começa a reunião agradecendo a presença dos membros presentes. Apresenta o novo presidente do CMP Leonardo e a nova conselheira municipal Cláudia, que foi indicada para substituir a conselheira Genoveva que pediu renúncia. O Diretor Executivo Evandro inicia a discussão pelo item 3: terrenos. Comenta que o Município manifestou interesse em fazer dação de terrenos para diminuir o valor do déficit atuarial que fechou em dezembro de 2014 em aproximadamente R\$ 732.000.000,00 (setecentos e trinta e dois milhões de reais). Para trabalhar esse déficit há pelo menos três alternativas previstas pelo Ministério da Previdência - MPS: 1- plano de custeio; 2- segregação de massa; 3- dação em pagamentos (terrenos). O CMP autorizou a licitação, através de pregão presencial, para a avaliação dos imóveis elencados pela Prefeitura Municipal de Betim . PMB: uma área ao lado do Centro Administrativo, o Parque de Exposições David Gonçalves Lara, Clube do Servidor, onde posteriormente decidiu-se por excluir a área da piscina e lazer, e o prédio onde funciona o Fórum. A empresa vencedora, ASTENG, realizou a avaliação e apurou R\$ 96.765.500,00 (noventa e seis milhões, setecentos e sessenta e cinco mil e quinhentos reais) pelos quatro imóveis. O cenário econômico/financeiro nacional não é bom. Os imóveis avaliados em outro momento poderia quem sabe estar próximo da casa de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). Ainda assim a Prefeitura tem interesse em fazer a dação, por dois motivos, redução do déficit atuarial e por consequência possível redução patronal. Mas a dação só se concretizará com a validação do MPS. Hoje, o maior desafio de um instituto de previdência é exatamente trabalhar o déficit atuarial que implica na alíquota do servidor e patronal que atualmente é 11% (onze por cento) e 14% (quatorze por cento), respectivamente. O Ipremb informou os valores apurados à PMB juntamente com um novo estudo atuarial que considerou a base de dados de janeiro de 2015 até outubro de 2015 e apontou para o plano de custeio 2016 uma alíquota patronal normal de 11% (onze por cento) e 1% (um por cento) de suplementar. Sendo assim a alíquota patronal diminui para 12% (doze por cento). O patrimônio líquido do Ipremb em outubro de 2015 contabilizou aproximadamente R\$ 817.000.000,00 (oitocentos e dezessete milhões de reais) que atuarialmente garante cerca de 20 (vinte), 25 (vinte e cinco) anos de pagamentos de

benefícios. Mas considerando todos os ativos financeiros, ou seja, os parcelamentos referente a dívida e a possível dação, o Instituto terá um patrimônio de aproximadamente R\$1.357.000.000,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta e sete milhões de reais). Ao adquirir imóveis os mesmos serão reavaliados anualmente e lançados nos balanços contábeis. O Diretor Executivo Evandro informa que o assunto é de conhecimento do Ministério Público- MP. Ele teve a iniciativa de solicitar uma audiência com a Promotora Ana Luiza, em 01 de julho de 2015, para tratar de assuntos referentes à gestão do Ipremb e foi atendido em meados de novembro passado, após reiterar o pedido de audiência. Explicou-lhe que o município não consegue pagar os valores da alíquota patronal, aumentando a dívida previdenciária, sendo necessário fazer parcelamentos que tem como consequência diminuição de recursos para investir em políticas públicas. A dação reduz a alíquota patronal possibilitando o pagamento da mesma. Informa aos conselheiros que o município irá mandar projeto de lei que trata da dação para a aprovação da Câmara e posteriormente para a validação do MPS que justificará em caso de negativa. Mas antes precisa da aprovação do Conselho Municipal. Se aprovada, em um segundo momento será discutido e definido junto aos conselhos a destinação para cada imóvel. O conselheiro fiscal Robson lembra que se a PMB quisesse alienar os imóveis, o valor arrecadado seria para abater a dívida, o que não diminuiria a alíquota patronal. O Diretor Executivo Evandro completa que ao leiloar terrenos o projeto de lei que o permite especifica a finalidade do mesmo, no caso, viria com finalidade de pagar o passivo destinado para o Instituto. O leilão não é interessante, pois não atingiria o valor apurado na avaliação, considerando o momento econômico do país. A conselheira municipal Andrea diz que quanto a dação dos terrenos não há muita preocupação, pois ficou abaixo do valor imaginado. O que a preocupa é o contrato de comodato feito entre a PMB e o Fórum e o risco do mesmo ser prorrogado. Comenta a dificuldade que é deslocar o Tribunal de Justiça para outro lugar. Gostaria de ter a garantia de que o Prédio de fato será do Ipremb. Solicita a cópia do comodato. O Diretor Executivo Evandro informa que o contrato tem validade até março de 2020. Após esse período o prédio passa a ser do Instituto que se achar viável e em comum acordo com os conselhos poderá utilizá-lo para a nova sede ou alugar para o Fórum ou ainda utilizá-lo para outros fins. O conselheiro municipal Weber pergunta se a votação a favor ou contra a dação se dará mediante essa avaliação ou ao VGV (Valor Geral de Venda). O Diretor Executivo Evandro responde que levará em consideração a apuração dos valores dos terrenos. Após a dação há algumas alternativas como: 1- leiloar os terrenos, 2- fazer permuta, 3- investir e outras mais. Decidindo-se por investir, é necessário contratar, através de licitação, uma empresa especializada que fará o Masterplan levando em conta o plano diretor e legislação específica para cada imóvel. Depois será analisado o VGV que mostra o valor que os possíveis empreendimentos podem alcançar. O conselheiro municipal Weber alerta aos conselheiros que é preciso estar seguro em suas decisões. Questiona se o MP recebeu cópia do processo de licitação para a contratação da empresa responsável em fazer a avaliação dos terrenos e se há risco do CMP aprovar e depois ser apurado inconsistências no processo de avaliação. O Diretor Executivo Evandro responde que o MP recebeu cópia dos documentos referentes à dação. Completa que durante o processo de licitação não houve questionamento por parte das empresas participantes, pois as mesmas perderam no preço. O processo pregão funciona como um leilão invertido, onde ganha a empresa que oferece o menor valor, só então é analisado a documentação e feita a habilitação da vencedora. Durante a tramitação não detectou inconsistências e o processo encontra-se homologado. O conselheiro municipal Weber pergunta se o terreno de 7000m² (sete mil metros quadrados) na área do Centro Administrativo seria inicialmente destinado a construção da sede. O Diretor Executivo Evandro responde que a gestão anterior passou para o Ipremb uma área de 3240m² (três mil duzentos e quarenta metros quadrados), porém não houve transferência de registro do imóvel, ou seja, não formalizou a ação. A atual gestão ofereceu a mesma área mais um pedaço totalizando os 7000m² (sete mil metros quadrados), mas como dação. Ainda na gestão anterior estabeleceu-se por lei a criação de um fundo destinado para a construção da sede. Este caixa tem hoje R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) e rende aproximadamente 1% (um por cento) que equivale a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) por mês. Os gastos com aluguel giram em torno de R\$ 10.000,00 (dez mil) por mês. Assim, não é interessante no momento descapitalizar este recurso. Acrescenta que as decisões serão conjuntas entre Instituto e conselhos para

definir a gestão dos terrenos/imóveis. A conselheira fiscal Margareth diz que anteriormente o prédio onde hoje funciona o Fórum foi destinado à Câmara e posteriormente o acordo foi desfeito e agora está sendo proposto passá-lo para o Ipreamb. Sua dúvida é se futuramente o novo acordo poderá ser também desfeito e qual a legalidade destas ações. O Diretor Executivo Evandro responde que ao fazer a dação e transferir o imóvel para o Ipreamb, dificilmente poderá voltar atrás. Mas não há como prever se isto irá ou não ocorrer e não sabe responder quanto a base legal para estas tomadas de decisões. A reversão do contrato ocasionaria aumento da alíquota patronal para buscar o equilíbrio atuarial e acredita que o Governo atual ou futuros não optariam por fazê-la. O Presidente do CMP Leonardo acrescenta que a reversão poderia caracterizar improbidade administrativa. O Presidente do CF Gilmar completa que a PMB poderia, se fosse o caso, desapropriar o Instituto e diz sentir-se seguro diante dos encaminhamentos das ações: aprovação pelo CMP, aprovação da Câmara e validação do MPS. O conselheiro fiscal Paulo comenta que o Governo anterior fez a doação, mas não efetivou a transferência, assim foi fácil revogar o ato. O Presidente do CMP Leonardo pondera que os conselheiros receberam documentação sólida para estudar, discutir e avaliar a aprovação ou não da dação. Questiona se a mesma será encaminhada ao MPS para também ajudar na tomada de decisão quanto à validação. Pergunta ainda se por lei a alíquota do servidor é 11% (onze por cento), a patronal 11% (onze por cento) e 1% (um por cento) de complementar. O Diretor Executivo Evandro responde que toda a documentação referente a dação é enviada ao MPS. Quanto ao plano de custeio que define o valor da alíquota o mesmo pode indicar um percentual complementar acima de 1% (um por cento). O cálculo atuarial é quem aponta as medidas. A conselheira fiscal Margareth pergunta se há um cronograma das ações. O Diretor Executivo Evandro fala que possivelmente ainda haverá duas sessões ordinárias na Câmara, antes de entrar em recesso, onde será discutido o projeto de lei. Após a aprovação pelo legislativo, o Ipreamb irá reunir com a Prefeitura para fazer o registro de transferência dos imóveis. Acrescenta que a PMB tem pressa em concretizar a dação para iniciar o próximo exercício com o valor da alíquota mais baixo. As demais ações serão construídas junto com os conselhos. A conselheira fiscal Margareth sugere que o Instituto faça o cronograma e que os conselheiros participem da sessão de aprovação na Câmara. O Diretor Executivo Evandro diz que o cronograma será elaborado após a sanção da lei. O conselheiro municipal Weber relata que precisaria de tempo para discutir o tema junto a categoria antes de tomar sua decisão. O Diretor Executivo Evandro coloca que o assunto vem sendo discutido nos conselhos desde março de 2015. Comenta que neste ano foi realizado dois eventos para discutir questões referentes ao Ipreamb. No primeiro foram realizados quatro sessões para tratar da segregação de massa e repactuação da dívida, além de outros assuntos e o segundo foram realizados seis sessões para tratar de benefícios previdenciário. Neste último, o público participante total foi de aproximadamente 300 (trezentos) servidores nas seis sessões, havendo um público maior no Hospital Regional. Infelizmente os servidores não se interessam como deveriam. A nova proposta para alcançar e disseminar a cultura previdenciária é criar o Ipreamb intineirante, onde iremos aos locais de trabalho realizar palestras informativas. Para dar ciência ao servidor, o Ipreamb trabalhará também com informativos pontuais. A conselheira Margareth sugere um release para a imprensa. O conselheiro fiscal José Roberto concorda que é preciso fazer as informações chegarem até o servidor, pois as únicas informações que recebem vêm da imprensa e acreditam em tudo que sai nela. O Presidente do CMP Leonardo reforça que durante as audiências realizadas pelo Instituto para tratar da segregação houve pouca participação dos servidores. Acrescenta que há dentro dos próprios conselhos dificuldade de quorum. O conselheiro fiscal Robson faz as contas e diz ser a favor da dação, a mesma diminuirá o déficit em aproximadamente 13% (treze por cento), não há necessidade de liquidez imediata dos imóveis a curto e médio prazo e há tempo para discutir e trabalhar o futuro dos mesmos. O Diretor Executivo Evandro comenta que a função de conselheiro é de grande responsabilidade e é preciso mudar a forma de abordar o servidor, despertando nele o interesse pela previdência. Acrescenta que o próximo informativo explorará a questão da dação em uma linguagem didática e acessível. Sugere o início da votação. O conselheiro Weber propõe que os conselheiros que forem contra sejam os primeiros a manifestar-se justificando o voto e ressalta ser interessante que a aprovação aconteça por unanimidade. O Presidente do CMP Leonardo lembra que apenas o conselho municipal tem poder de votação, mas abre

espaço para os membros do conselho fiscal se manifestarem. O conselheiro fiscal Carlos comenta que é importante para a tomada de decisões que os conselheiros avaliem o status do Instituto, que é um órgão com uma estrutura sólida e de boa gestão. Ressalta que ao receber um imóvel é preciso tempo para discutir o melhor a fazer e há tempo para isto, já que não há necessidade de dinheiro urgente. A conselheira Margareth questiona se depois da sanção do governo a transferência do imóvel é feita antes ou após a validação do MPS. O Diretor Executivo Evandro responde que é após a validação. Ressalta que os custos ficarão a encargo da PMB. O conselheiro municipal Weber entende que não há manifestações contrárias e solicita que os conselheiros fiscais também se manifestem. O Diretor Executivo Evandro comenta que o CMP tem um Regimento Interno que define a competência dos membros. Acrescenta que o conselheiro fiscal Robson trabalhou para fazer o Regimento Interno do Conselho Fiscal que é o instrumento que dará os caminhos e segurança para a tomada de decisões, mas não foi finalizado. Sugere que os conselheiros se reúnam em outro momento para discutir e definir o mesmo. O conselheiro fiscal José Roberto coloca que dentre os meios apresentados até o momento, acredita que a dação seja o mais acessível. A conselheira municipal Andrea diz entender a colocação do conselheiro municipal Weber levando em conta a responsabilidade dos conselheiros na tomada de decisão. Registra que a categoria estuda a mais tempo o assunto, considera a diminuição do déficit interessante, mas ainda fica a preocupação quanto ao prédio do Fórum. A categoria quer acompanhar as demais ações bem como o cronograma. Vê a dação como algo vantajoso, mas como em qualquer negócio, existem riscos. Leva em consideração que houve embate de ideias quanto a segregação de massa e em relação a dação se diz tranquila, pois passará pelo aval do Ministério da Previdência. A conselheira Municipal Cláudia concorda, pois há o respaldo do MPS e acrescenta que no momento é a proposta viável apresentada pelo município para tentar minimizar o déficit. O Diretor Executivo Evandro coloca novamente a pauta para aprovação e todos os conselheiros fiscais presente se manifestam a favor e a dação é aprovada por unanimidade pelo Conselho Municipal de Previdência. Próximo item de pauta: Carteira de investimentos. O Diretor Executivo Evandro comenta que a carteira do mês de outubro fechou em aproximadamente R\$ 817.000.000,00 (oitocentos e dezessete milhões) e a do mês de novembro em torno de R\$ 822.000.000,00 (oitocentos e vinte e dois milhões), o relatório da carteira de novembro não está fechado, pois alguns extratos fecham por volta do dia 20 de dezembro. Comenta ainda que com a possibilidade de *impeachment* as bolsas ficaram oscilando. Houve resgate dos valores aplicados junto ao BTGPactual. Para o ano de 2016 a tendência é adquirir títulos públicos para alongar a carteira e deixá-la menos volúvel. Há previsão de que em 2016 sejam concedidas 420 (quatrocentos e vinte) novas aposentadorias, em média 35 (trinta e cinco por mês). A postura adotada pelo Comitê de Investimentos implica em deixar fluxo de caixa suficiente para arcar com as despesas e deixar a carteira com menos recursos flutuantes possíveis. Os investimentos de curto prazo estão pagando mais em relação aos de longo prazo. A conselheira fiscal Vanderléia comenta que o momento é bom para aplicar em renda variável. O Diretor Executivo Evandro acrescenta que com a Operação Lava Jato, o corte de créditos do FIES, entre outras variantes, empresas com potencial estão reduzindo o valor de suas ações e com a expectativas de entrada de capital tendem a crescer, porém teríamos que ficar exclusivamente por conta dessa atividade, cabe ao investidor acompanhar e definir o melhor momento para comprar e vender. O Comitê investe em títulos com resultados a longo prazo. O Presidente do CMP Leonardo pergunta sobre a possibilidade dos bancos disponibilizarem um relatório com explicações sobre o mercado e pergunta como funciona a política de investimentos. O Diretor Executivo Evandro diz que é possível receber os relatórios. Quanto a política de investimentos, o MPS através de sua resolução permite alterá-la nos casos de desenquadramento. Toda a transação passa pela aprovação do Conselho Municipal. Sem mais comentários passa-se para o próximo item de pauta, balancete. A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila apresenta o balancete do mês de novembro de 2015. Comenta que a receita arrecada no mês foi de aproximadamente R\$ 11.129.000,00 (onze milhões, cento e vinte e nove mil reais) e o acumulado do ano cerca de R\$ 164.750.000,00 (cento e sessenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta mil reais). A receita mais significativa em novembro refere-se a receita patrimonial, aproximadamente R\$ 7.278.000,00 (sete milhões, duzentos e setenta e oito mil reais). Acrescenta que até o momento não houve repasse dos valores referentes aos

parcelamentos. O Diretor Executivo Evandro diz que notificará o Município, e se for o caso, registrará e buscará informações no MPS quanto a retenção no FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Lembra que os valores do FPM até outubro de 2015 estavam comprometidos com o pagamento das contribuições patronais para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila informa que as despesas somaram aproximadamente R\$ 7.233.000,00 (sete milhões, duzentos e trinta e três mil reais), sendo a maior parte direcionada para a folha de pagamento e o restante para despesas administrativas. O mês de novembro fechou com superávit. O resumo financeiro . orçamentário mostra um saldo atual de aproximadamente R\$ 822.723.000,00 (oitocentos e vinte e dois milhões, setecentos e vinte e três mil reais). Os valores apresentados nas receitas e despesas extra-orçamentárias correspondem aos consignados da folha de pagamento. Pergunta se há alguma dúvida. Sem manifestação o Diretor Executivo Evandro pede sugestões para o calendário de reuniões 2016. Os conselheiros presentes sugerem e concordam em manter as reuniões do CF na última terça-feira útil de cada mês e CMP na última quinta-feira útil de cada mês, assim a próxima reunião do CF fica agendada para o dia 26 de janeiro de 2016, às 09:00 e do CMP para o dia 28 de janeiro de 2016, às 09:00 ambas na sede do Ipreamb. A conselheira fiscal Margareth pergunta se no Conselho Municipal aplica-se o Regimento Interno no que diz respeito a faltas. O Diretor Executivo Evandro responde que foi feita uma apuração, mas não está sendo aplicada as substituições dos membros ausentes. Uma alternativa para estimular a presença dos membros seria o Jetom, sem abrir discussão, manifesta-se preliminarmente contra esse pagamento. A conselheira municipal Andrea também manifesta-se contra. Os demais conselheiros se dispõem a tratar o assunto em outro momento. Tendo discutido todos os itens de pauta, os conselheiros são convidados para um café de confraternização. Sem nada mais a acrescentar, segue com a presente Ata para registro e assinatura dos presentes.

Representante do Conselho Fiscal

Gilmar José Jerônimo . titular representante do Poder Executivo e Presidente do CF

Carlos Alberto dos Santos . suplente representante do Poder Executivo

Robson Marcos de Alcântara . titular representante do Poder Executivo

Vanderléia Pereira Gerônimo . suplente representante do Poder Executivo

Margareth Melo Rezende Butori . titular representante do Poder Legislativo

Inez Maria Pongelupe . titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE)

José Roberto Pereira Araújo . suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAÚDE)

Paulo Nogueira Fortes . titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB).

Representantes do Conselho Municipal de Previdência:

Leonardo Cardoso de Alvarenga . titular representante do Poder Executivo e Presidente do CMP

Marcelo Jorge da Mata . titular representante do Poder Executivo

Cláudia Veleda Silva Taiar . titular representante do Poder Executivo

Rosemary Galvão da Silva Paula . titular representante do Poder Legislativo

Andrea Deborah da Costa . titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE)

Weber de Avelar Silva . titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAUDE)

Neide Maria Soriani . suplente representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB)

Representantes do IPREMB

Evandro Manoel Firmino da Fonseca . Diretor Executivo

Camila Francisca Nolasco . Chefe de Divisão de Contabilidade

Darlene Rocha Nunes Rodrigues . Secretária para o ato.